

POLÍTICAS E PRÁTICAS CURRICULARES NAS ESCOLAS: RESISTINDO E (RE) EXISTINDO AO PODER HEGEMÔNICO

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ TEMÁTICO

SAUL, Alexandre*

GARCIA, Alexandra**

Fazer a escola a cada dia é uma tarefa complexa que demanda mobilização de pensamentos, conhecimentos e experiências que nos convoca a ultrapassar os limites e prescrições que visam colonizar os processos de criação. O movimento inventivo curricular se produz, cotidianamente, imbricado a essas complexas redes de saberes, poderes e afetos.

Considerando os *espaçotempos* das escolas e os currículos aí presentes, poderíamos nos perguntar quanto às efetivas possibilidades de ruptura com os processos de centralização curricular e as possibilidades de produções contra-hegemônicas. Talvez, esteja na concepção de currículo extremamente técnica, que se associa aos processos de centralização curricular, o maior problema a se denunciar e enfrentar quando se pensa no compromisso social da educação.

O entendimento de conhecimento, sociedade e currículos, ao condicionar o que acontece e se produz no cotidiano das escolas, influencia os sentidos atribuídos à educação e, conseqüentemente, à vida em sociedade. Num espaço onde propósitos políticos e econômicos

* Doutor em Educação: Currículo pela PUC-SP, atualmente realiza estágio Pós-Doutoral em Educação nesta mesma Instituição. Docente da Universidade Católica de Santos (UniSantos), onde atua no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação e no curso de Pedagogia. É membro do grupo de pesquisa do CNPq - O pensamento de Paulo Freire na educação brasileira. E-mail: asaul@hotmail.com.

** Professora Adjunta e Procientista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), professora do Programa de Pós-graduação em Educação - Processos formativos e desigualdade sociais (PPGedu) da Faculdade de Formação de Professores (FFP/UERJ), Membro do GT Currículo da ANPEd e do Conselho Fiscal da Associação Brasileira de Currículo (ABdC). Atua nas na área de currículo, formação de professores e cotidiano escolar. E-mail: alegarcialima@hotmail.com

se aliam a discursos e métodos pouco democráticos e questionáveis na formulação de um currículo nacional, não podemos deixar de considerar o quanto os balizamentos que aí se constituem podem ser limitadores de territórios e ideias em disputa, e mesmo das disputas que se fazem possíveis. Nesse sentido, também podemos considerar que processos de centralização curricular muito se associam a epistemicídios (SANTOS, 2007), posto que tenderiam a reduzir os repertórios, as direções e os sentidos dos conhecimentos legítimos para o currículo a seus possíveis resultados para propósitos específicos (de economia e mercado sobretudo).

Se os currículos e as alternativas produzidos pelas escolas se limitassem às lógicas monoculturais do mundo capitalista ocidental moderno e a todas as práticas e mecanismos de controle que vitimam a autonomia das escolas, dos professores e alunos, possivelmente chegaríamos a UMA escola asséptica, estéril e sem vida, onde jaz a democracia como prática e utopia.

Tomamos por base o entendimento dos currículos como produções que se fazem cotidianamente, na negociação de sentidos entre os tantos sujeitos das escolas e suas redes de saberes. Redes essas que incorporam os tantos conhecimentos, saberes e valores que operamos e produzimos nos diferentes contextos sociais e culturais nos quais estamos imersos e que se entrecruzam, formando os repertórios que acionamos para agir, nos posicionar e dar sentido às experiências vividas no dia-a-dia.

Afirmar e buscar perceber os currículos produzidos nos encontros de nossas redes é, portanto, mostrar a presença de saberes e alternativas curriculares à centralização e à padronização. Esses currículos que ganham vida com nossas escolhas, ações e possibilidades, formando conjuntos dinâmicos e efetivos de conhecimentos aprendidos-ensinados, nos indicam a existência de produções política e epistemologicamente defendidas e definidas nas escolas. Percebê-los e, sobretudo, entender as potenciais contribuições que essas produções guardam para a justiça social faz parte de um exercício de deslocamento profundo das lógicas hegemônicas e excludentes que estão na base da produção das desigualdades sociais.

Podemos associar tais lógicas ao que Santos (2002) nomeou como cinco monoculturas – do tempo linear, da naturalização das diferenças sociais, da escala dominante, do produtivismo capitalista e, sobretudo, do saber. Para a discussão que se anuncia nesse texto, é sobretudo a última que gostaríamos de destacar, considerando que tem como implicação central a invisibilização de práticas e saberes não reconhecidos como válidos

enquanto conhecimento pelo pensamento ocidental moderno. Quando buscamos trazer para o debate resultados de pesquisas que mostram as produções de políticas e práticas nos currículos e as possibilidades que apontam na contramão da padronização e centralização curricular, caminhamos no sentido de questionar essa monocultura e operar uma *ecologia de saberes* (SANTOS, 2008).

Discutir os currículos no âmbito de um sistema mais complexo nos exige, ainda, considerar a possível âncora que atrela esses processos a mecanismos de controle, sobretudo por práticas de avaliação em larga escala. A existência das avaliações em larga escala e mais recentemente do debate em torno da avaliação docente são questões polêmicas por deflagrarem os projetos de sociedade e educação pública que estão em jogo. Não é difícil relacionar, no bojo de um projeto que tem buscado se colocar como entendimento hegemônico, as políticas de responsabilização do professor e a depuração dos currículos – em especial o enxugamento daquilo que poderia representar em uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a presença da diversidade, do outro, do singular nesse comum.

Considerando esses aspectos, já teríamos aí um vasto território a explorar e a problematizar nos estudos curriculares. Por outro lado, também se tem percebido, por meio de pesquisas realizadas no campo do Currículo, que nas práticas sociais presentes nas escolas, nem circulam apenas os conhecimentos regulados pelos sistemas político-culturais hegemônicos, nem estes ficam “ímmunes” às variadas formas de interpretar, usar e dar sentido ao conhecimento.

Quando pensamos a educação no país, inevitavelmente pensamos no delicado processo de negociação das políticas educacionais e nas interfaces que o compõem. Podemos afirmar que dentre essas interfaces as políticas que articulam os debates e disputas sobre os sentidos de educação e o papel dos conhecimentos socialmente produzidos são as que estão mais relacionadas às possibilidades de que ao se pensar educação se pense em justiça social.

As políticas de conhecimento, portanto, considerados os diferentes níveis e instâncias do debate sobre sua produção, estão estreitamente relacionadas às possibilidades das políticas sociais, num sentido mais amplo. Nesse sentido, o debate no campo do currículo também se faz fundamental, tanto para desvelar as minuciosas práticas em que através da luta por hegemonia e poder se estende a dominação cultural e política, quanto para pensar as formas de resistência, ou mais propriamente de re-existência que emergem com as produções epistemológicas presentes na práxis social no “chão das escolas”. Para tanto, buscar os

currículos existentes ou as alternativas curriculares produzidas nesses espaços também implica deslocamentos de sentidos hegemônicos de conhecimento, currículo e seus modos de produção. A negociação de sentidos nessa direção emerge nos diálogos com outros pensamentos e lógicas que permitam reconhecer as experiências e saberes disponíveis no mundo e as possibilidades que trazem na ampliação dos repertórios de alternativas cognitivas para formas sociais mais justas e democráticas.

Diferentes maneiras de compreender o termo currículo alimentam distintas possibilidades de produção de currículos. As implicações das diferentes compreensões são tanto políticas quanto epistemológicas e nos convocam a pensar sobre sentidos naturalizados. Visões hegemônicas de conhecimento, escola e sujeitos, operadas com determinados sentidos de currículo, mantêm-se fortemente presentes como lógicas e práticas políticas e culturais afinadas a um modelo hegemônico e excludente de sociedade, embora mascarem-se sob a inquestionabilidade do discurso do direito a uma educação de qualidade.

A falácia desses discursos se evidencia, porém, ao identificarmos em seu interior a *linha do pensamento abissal* (SANTOS, 2007) que separa o conhecimento hegemônico, histórica e culturalmente constituído como tal, dos conhecimentos e saberes invisibilizados ou subalternizados por relações de dominação. A divisão que produz a inexistência no que pautamos como realidade de tudo o que está do outro lado da linha, também se reflete nos processos de não reconhecimento dos saberes não hegemônicos produzidos nas práticas sociais e nos cotidianos das escolas. Reconhecê-los, portanto, torna-se mister para pensar alternativas curriculares que respondam com os saberes locais às questões globais, portanto, em um movimento de descentramento dos currículos e dos saberes com eles produzidos. Santos defende que a construção da justiça social assenta em nossa necessidade e capacidade de assumir a diversidade epistemológica do mundo e do interconhecimento que a linha abissal cerceia. Seu pensamento vem apontando a necessidade de que os conhecimentos que produzimos busquem orientar-se por alternativas epistemológicas às formas de estar no mundo e conceber esse mundo (distintas do economicismo e da monocultura ocidental moderna) determinadas pela colonialidade do saber e das relações de interdependência e exploração que o alimentam e dele advêm. O que implica caminhar na direção da diversidade e pluralidade epistemológica dos saberes.

Não é, portanto, uma utopia, senão as práticas que transformam nossas utopias em experiências reais e enunciam políticas de incorporação da diversidade de saberes existentes

no mundo (SANTOS, 2008). Buscá-las e com elas dialogar faz parte de um movimento que vem se materializado nos esforços de muitos pesquisadores em transpor limites paradigmáticos e trilhar caminhos não convencionais, seja do ponto de vista das temáticas entendidas como urgentes aos debates no campo do currículo, seja pelo diálogo com autores, noções e ideias que buscam coordenadas epistemológicas e políticas na contramão do norte e do ocidente para a produção de conhecimentos críticos, pós-abissais, não colonialistas e rizomáticos.

Pensar os currículos hoje, ainda apostando na construção de formas sociais mais justas, democráticas e solidárias, implica encontrar caminhos para que as políticas em educação e currículo reverberem os avanços das pesquisas e das produções de alternativas que se fazem nas práticas sociais, sobretudo aquelas presentes nos currículos produzidos nas escolas. A credibilidade contextualizada de práticas e saberes tornados invisíveis ou inexistentes pelo pensamento abissal precisa ser considerada como critério e rigor no reconhecimento desses saberes e práticas e no sentido daquilo que poderíamos chamar, de fato, *comum*.

Lutar pelo comum e pelo múltiplo, na contramão da hegemonia, exige buscar modos de compreensão e de produção capazes de denunciar e desconstruir as representações. Essa desconstrução é fundamental para viabilizar a contribuição da multiplicidade e da diferença na produção de alternativas à hegemonia. Esse é um deslocamento que pressupõe atenção às práticas discursivas que operam sentidos, pois quem tem o poder de narrar “cria” a representação. A palavra “comum” é um termo crucial nas práticas discursivas e político-culturais envolvidas no debate curricular. Essa é uma palavra que envolve os territórios simbólicos e políticos dos mundos que estão em jogo nas disputas pelos projetos de sociedade e sentidos de educação. O deslocamento das representações exige rever a relação entre a experiência e a percepção. Em especial, no que diz respeito à percepção das alternativas produzidas pelas experiências sociais que fogem às representações socialmente reconhecidas (de conhecimento, de social, de sujeitos). Se as representações de mundo, de social, de conhecimento e de sujeito dependem da perspectiva que as produz, a resposta à hegemonia que se produz a partir delas emerge dos deslocamentos dessa perspectiva, sobretudo, buscando outras percepções de mundo nas práticas.

Com o pensamento de Negri (2003) algum deslocamento da colonização de sentidos que vem atingindo o termo “comum” nas proposições das políticas nacionais para o currículo,

o entendimento que aqui buscamos para “comum” considera que estamos inseridos no *tempoespaço* da *altermodernidade* – caracterizado por nossa inserção/produção em um mundo global, co-habitado pela diferença e por processos simultâneos de homogeneização. A força biopolítica que emerge das inter-relações entre vida-trabalho e eu-outro conecta nossas vidas umas às outras e às formas de viver a experiência social. Esta, por sua vez, funcionaria como propulsor de experiências sociais mais democráticas e transformadoras.

O objetivo deste Dossiê é colocar em discussão as experiências e produções provenientes de distintos contextos que fazem frente à padronização curricular, destacando políticas e práticas que demonstram possibilidades de autonomia das escolas, na direção da qualidade social da educação em face à centralização e intensificação dos princípios do mercado que se materializam nos processos atuais de elaboração da BNCC.

Este Dossiê alinha-se ao tema da campanha “#Aqui Já Tem Currículo”, lançada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) na celebração dos seus 38 anos. A perspectiva dessa campanha foi dar voz às escolas, contrapondo-se a propostas verticais e homogeneizadoras de construção curricular, reforçando a luta pela democratização da educação. É hora de unir forças para resistir a ameaças de privatização e conservadorismo, que já se fazem presentes no cenário educacional. Para reagir, são necessárias diferentes ações, de distintos setores da sociedade e a academia pode e deve contribuir com a crítica fundamentada na pesquisa e divulgada para o grande público.

Acreditando na necessidade de ampliar o debate sobre o tema, a e-Curriculum realizou a chamada de artigos para o Dossiê "**Aqui já tem currículo": produções e experiências educativas pelo direito à diferença e à justiça social e cognitiva**" proporcionando, aos pesquisadores, a oportunidade de exporem suas investigações.

Os artigos que compõem o Dossiê vinculam-se a diferentes instituições e regiões brasileiras, e a uma portuguesa, favorecendo a pluralidade de vozes e olhares sobre questões importantes relacionadas ao foco temático. Com ênfases distintas, os textos abordam e analisam aspectos conceituais e experienciais de políticas e práticas curriculares que demonstram possibilidades de autonomia das escolas, em uma perspectiva emancipatória.

A construção do currículo escolar e o protagonismo docente e discente, de Maria de Lourdes Rangel Tura, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, abre o conjunto de artigos selecionados para o Dossiê. No texto, a autora analisa, a partir de dados colhidos em uma pesquisa de cunho etnográfico, a construção do currículo em uma escola pública de

Ensino Fundamental do município do Rio de Janeiro. Apoiando-se nos conceitos de recontextualização por hibridismo e performatividade, a autora destaca o protagonismo docente e discente em confronto com as regulações e propostas pedagógicas da Secretaria de Educação do Município.

Eliane Fernandes de Lacerda, da Rede Municipal de Educação de Angra dos Reis, e Inês Barbosa de Oliveira, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no artigo *Os currículos praticadospendados de uma escola da rede pública municipal de Angra dos Reis/RJ: em busca da justiça cognitiva e da tessitura da emancipação social*, partem do pressuposto de que as práticas cotidianas tecem conhecimentos múltiplos e válidos que precisam ser reconhecidos. Em sua análise, defendem que a ideia da imposição de um currículo único é uma ilusão autoritária e apontam para o potencial emancipatório de práticas pedagógicas que promovam o diálogo horizontal entre os saberes.

Kátia Silva Cunha e Janine de Paula da Silva, da Universidade Federal de Pernambuco, no artigo *Sobre base e bases curriculares, nacionais, comuns: de que currículo estamos falando?*, a partir de um enfoque pós-estruturalista, discutem as articulações políticas que se formam em torno do significante currículo e em como essas articulações influenciam o projeto de uma base nacional comum curricular. As autoras questionam a validade da vinculação de um currículo com base fixa à qualidade da educação e à solução de problemas educacionais, e da noção do conhecimento como um objeto a ser distribuído.

José Antonio Sepulveda, da Universidade Federal Fluminense, e Denize Sepulveda, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no artigo *Práticas e as políticas curriculares de inclusão e o direito à diferença*, apresentam uma prática curricular emancipatória, que auxilia na tessitura da justiça cognitiva e social, ocorrida em uma escola pública do Estado do Rio de Janeiro, e que tinha como ponto de tensão a questão dos comportamentos de gênero. Referenciados nos estudos do cotidiano, os autores concluem que a luta por políticas de currículo que defendam o direito às diferenças não pode ser reduzida a políticas de inclusão que não privilegiam todas as diferenças.

O artigo *Currículo e relações etnicorraciais: a implementação da disciplina “história da cultura afro-brasileira” no município de Jequié/Bahia*, de Benedito Gonçalves Eugênio, José Jackson Reis dos Santos e Janyne Barbosa Souza, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, discute a implementação da Lei 10639/03, em diferentes momentos, em

Jequié. Compreendida pelos autores como política pública de ação afirmativa, foi examinado o discurso pedagógico acerca da história e cultura afro-brasileira no currículo das escolas públicas municipais. A análise destaca como se configura o processo de recontextualização da política curricular.

Daiane Kipper e Cláudio José de Oliveira, da Universidade de Santa Cruz do Sul, e Adriana da Silva Thoma, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no artigo *As frações e a escala: possibilidades para o visual no currículo escolar para alunos surdos*, analisam práticas matemáticas visuais produzidas por um grupo de alunos surdos em oficina realizada em uma escola estadual da região do Vale do Rio Pardo (RS). Os resultados da investigação permitem pensar tanto na posição ocupada pelo visual e pelo escrito no currículo escolar e como essa posição vem se dando na educação de surdos, quanto na importância de considerar as variações regionais da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Narrativa de experiênciaprática como possibilidade de justiça cognitiva é o título do artigo de Graça Regina Franco da Silva Reis, do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A autora discute as produções curriculares cotidianas como *espaçostempos* repletos de possibilidades de justiça cognitiva e conseqüentemente de justiça social. Questiona a imposição do pensamento moderno ocidental, que privilegia a sua lógica desenvolvimentista e monocultural sobre as demais, e propõe que os currículos sejam produzidos de forma ecológica. Em acréscimo, traz uma narrativa de *experiênciaprática* vivenciada com uma turma de Ensino Fundamental.

O artigo *“Não é só pelo diploma”: as ocupações das escolas e os processos curriculares* de autoria de Regina de Moura Macedo e Neila Monteiro Espindola, do Colégio Pedro II, e Allan Carvalho Rodrigues, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, discute saberes produzidos e processos vividos durante a ocupação das escolas estaduais do Rio de Janeiro, a fim de contribuir para o debate sobre os currículos das escolas públicas brasileiras. O texto busca evidenciar conhecimentos antes silenciados ao abordar práticas curriculares narradas pelos estudantes. Os achados apontam grandes descompassos entre as políticas instituídas e as práticas nas ocupações.

O artigo *O discurso de ódio nas mídias sociais: a diferença como letramento midiático e informacional na aprendizagem*, de Marcelo Andrade e Magda Pischetola, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, apresenta uma análise sobre a presença do “discurso do ódio” em uma mídia social, a partir da disputa online entre o deputado federal

Jair Bolsonaro e a Revista Nova Escola. Os autores examinam como as redes sociais podem potencializar o discurso de ódio contra identidades socialmente discriminadas em sociedades multiculturais, bem como as diferenças podem e devem ser valorizadas e respeitadas no processo de aprendizagem.

Fechando o conjunto de textos do Dossiê, Fátima Delgado, Carlinda Leite, Preciosa Fernandes, da Universidade do Porto, Portugal, em *Resgatando o plano da matemática em Portugal: uma experiência de contextualização do currículo promotora de sucesso escolar*, analisam o lugar da contextualização curricular na disciplina de Matemática no 3.º ciclo do ensino básico em Portugal (2012-2016). Em particular, o artigo examina efeitos da experiência vivida por professores no desenvolvimento do projeto Plano da Matemática bem como as suas implicações nas práticas curriculares para a promoção de uma aprendizagem que concretize princípios de justiça cognitiva e social.

REFERÊNCIAS

NEGRI, Antonio. **Cinco lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal.

Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n.80, p.11-43, 2008. Disponível

em:<<https://rccs.revues.org/691>> Acesso em: 25 dez. 2016.

_____. [Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes.](#)

Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 78, p. 3-46, 2007. Disponível

em:<<https://rccs.revues.org/753>> Acesso em: 25 dez. 2016.

_____. [Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.](#) **Revista**

Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 63, p. 237-280, 2002. Disponível em:<

<https://rccs.revues.org/1285>> Acesso em: 25 dez. 2016.